

Estudo Técnico Preliminar 86/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 2517/2024

2. OBJETIVO

2.1. Os presentes Estudos Técnicos Preliminares têm por objetivo identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis que permitam a elaboração de Termo de Referência para fins de prestação dos seguintes serviços: 1) TRANSMISSÃO E FILMAGEM DAS SESSÕES DA CORTE E DE EVENTOS DIVERSOS REALIZADOS PELO TRE/RN; 2) PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, REPORTAGENS E VÍDEOS INSTITUCIONAIS, ALÉM DE VIDEOCAST/PODCAST; E 3) SUPORTE TÉCNICO EM ÁUDIO E VÍDEO, TODOS ESTES COM FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA MATERIAL E DE PESSOAL E SOFTWARES NECESSÁRIOS À COMPLEMENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DEMANDADOS, VISANDO À ENTREGA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 (SEGES/ME). Para esse mister, consultou-se a documentação pertinente e foram reunidos os elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes ao que vai aqui pretendido.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial do TRE/RN (ASCOM)	Integrante demandante.

4. Descrição da necessidade

- 4.1. A contratação em tela visa a proporcionar ao TRE/RN o atendimento dos dispositivos da Resolução nº 75, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre a regularização da realização de sessões telepresenciais e híbridas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, e que em seus arts. 8 e 10 atribui à Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial do TRE/RN (ASCOM) competências para providenciar e garantir a gravação e a transmissão desses eventos.
- 4.2. O Tribunal realiza ainda diversas campanhas, solenidades, comemorações, cursos e celebrações, a exemplo de posse de gestores, diplomação de eleitos etc., de grande relevância para a instituição e a comunidade em geral, o que torna necessária a publicização dessas iniciativas, caracterizando-se essa divulgação como mais uma ferramenta de aproximação da Justiça Eleitoral com o eleitor. As transmissões possibilitam aos cidadãos conhecer as decisões, ações e eventos da Justiça Eleitoral do RN via internet ou pela televisão.
- 4.3. O TRE/RN possui também acordo de cooperação com a TV Assembleia, que veicula duas vezes por semana o programa *Justiça Eleitoral na TV*, levando ao público informações sobre processos que estão em julgamento na Corte Eleitoral e reportagens acerca de atividades realizadas pelos servidores e juízes do Tribunal. O programa apresenta ao cidadão-eleitor um leque de informações importantes sobre a atuação deste órgão judiciário especializado.
- 4.4. Atualmente, O TRE/RN não dispõe de profissionais habilitados para efetuar o registro fotográfico e filmico de seus eventos e julgamentos em padrão de alta qualidade, muito menos para realizar as transmissões destes de forma adequada, qualitativa e técnica.

4.5. Considerando-se que se trata de atividades especializadas para as quais não há profissionais habilitados a executá-las na equipe da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (ASCOM), a sua inexecução compromete a efetividade da comunicação organizacional e a manutenção da qualidade dos serviços de semelhante teor que vêm sendo realizados ao longo dos anos pelo TRE/RN, daí que se torna necessária a contratação de empresa para o cumprimento dessas tarefas.

4.6. Do exposto, concluímos que a contratação, pelo prazo de cinco anos, de empresa especializada em produção fotográfica e audiovisual é a solução a ser encontrada, em razão dos seguintes aspectos:

- oferecimento de mão de obra especializada e utilização de equipamentos profissionais;
- produção de material de qualidade para transmissão midiática e em condições ideais de guarda em arquivo histórico;
- atendimento imediato das necessidades de produção fotográfica, audiovisual e de suporte técnico de áudio e vídeo do TRE/RN;
- economicidade e otimização dos procedimentos licitatórios, uma vez que o prazo de cinco anos torna desnecessária a prorrogação de um contrato que consiste de serviços que ocorrem de forma sistemática ao longo dos anos, assim minimizando os custos financeiros, materiais e de pessoal decorrentes da burocracia licitatória

4.7. A presente demanda está em parte prevista na Plano Anual de Contratações (código ASC.POO_24.02), conforme referenciado no DOD. Advirta-se, no entanto, que no caso presente à demanda original prevista no PAC foram acrescidas novas atividades que até então não haviam sido demandadas, o que decerto interferirá nos valores a serem destinados à contratação.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Requisitos técnicos exigidos à LICITANTE

5.1.1. São exigidos da LICITANTE os seguintes requisitos:

- apresentação de atestado de capacidade técnica comprovando que a empresa tem condições de prestar serviços especializados ao TRE/RN e que executou com qualidade e eficiência serviços contínuos de produção de programa televisivo de caráter jornalístico veiculado com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal em emissoras de canal aberto ou fechado;
- execução dos serviços por profissionais da área de Comunicação, uma vez que será exigida equipe técnica formada, no mínimo, por jornalista, cinegrafista, técnico de som e técnico de vídeo.

5.2. Requisitos orçamentários

5.2.1. O valor previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) para a demanda específica de transmissão e gravação das Sessões da Corte e de eventos da instituição, bem como de produção do programa *Justiça Eleitoral na TV*, para o ano de 2024, é de R\$ 190.000,00 (cento noventa mil reais).

5.2.2. Caso o preço estimado ultrapasse o valor previsto no orçamento, deverão ser providenciadas sobras orçamentárias identificáveis no atual exercício financeiro.

5.3. Requisitos geográficos

5.3.1. A futura CONTRATADA não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade, mas deverá contar na cidade de Natal/RN com toda a infraestrutura necessária à realização dos serviços.

5.4. Requisitos fiscais e trabalhistas

5.4.1. A empresa licitante deverá possuir regularidade com Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas.

5.4.2. As condições estabelecidas no parágrafo anterior devem ser mantidas durante todo o período de contratação, sob pena de rescisão contratual.

5.5. Requisitos administrativos

5.5.1. A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade no CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), no Portal da Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo permanecer nessa condição durante toda a execução contratual.

5.6. Requisitos técnicos de infraestrutura e de pessoal

5.6.1. No prazo máximo de cinco dias corridos após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE indicação de que dispõe comprovadamente dos seguintes requisitos de infraestrutura técnica, tecnológica e de pessoal:

- estúdio completo para gravação de programas televisivos com pelo menos duas câmeras DVCAM, *teleprompter* e recursos de *chroma-key*;
- aparelhagem mínima para filmagem, captura, edição e pós-produção, tais como câmeras DVCAM com 3 CCDs, ilhas de edição não linear AVID, microfones direcionais e lapela, tripés, *kits* de iluminação e outros, bem como mesa de corte (*switcher* de vídeo), para o caso de filmagem em eventos com videoconferência, a fim de que, conectando todas as câmeras, possa ser selecionada a imagem que irá ao ar, com efeitos de transição;
- estúdio para produção de programas com duas câmeras padrão HD (1920x1080), cenário condizente com o formato a ser definido (painéis, mobiliário, bancada e demais elementos cenográficos), equipamentos adequados e equipe técnica completa, além de equipamentos de iluminação de estúdio;
- equipes de filmagem, pelo menos duas, para a cobertura de eventos simultâneos;
- equipe técnica formada por, no mínimo, jornalista, cinegrafista; técnico de áudio e técnico de vídeo;
- *kits* de iluminação e de microfones, *travelling* e *teleprompter*;
- meios de transporte para a equipe e os equipamentos, tendo em vista que a produção dos conteúdos e das reportagens e a edição dos programas devem ser realizadas em condições que favoreçam a qualidade técnica dos serviços;
- profissionais jornalistas com formação superior;
- equipe de criação composta de diretor de cena, diretor de fotografia e produtor, para elaboração de roteiros e acompanhamento do processo de produção;
- profissional qualificado para a produção de vinhetas animadas e sonorizadas, em computação gráfica 2D, a serem utilizadas em vídeos e matérias jornalísticas (mapas, infográficos, *motion graphics*, *letterings* etc.), em aberturas, passagens e encerramentos de vídeos ou programas de jornalismo;
- acesso licenciado a banco de trilhas sonoras a serem aplicadas nos vídeos;
- equipe capacitada para a produção de vídeos legendados em Libras e idiomas tradicionais;
- apresentador/repórter para atuar em vídeo;

- banco de vozes masculinas, femininas, clássicas, teatrais e/ou caricatas que possam vir a ser utilizadas para locução “em off” das edições jornalísticas institucionais;
- equipamento fotográfico profissional digital com lentes intercambiáveis, com resolução a partir de 20 megapixels e transmissão por *wi-fi* ou *bluetooth*.

6. QUANTO À URGÊNCIA DA NECESSIDADE

6.1. Atualmente o Tribunal possui contrato firmado com a empresa Explorata Produtora Ltda. para execução de parte dos serviços ora demandados (Contrato nº 24-2022), cujo prazo de vigência se encerra em 13 de julho de 2024; portanto, a presente contratação se faz urgente, ainda mais em face dos significativos acréscimos de atividades apresentados ao escopo da demanda original.

7. Levantamento de Mercado

7.1. A equipe técnica deste Estudos Preliminares analisou as formas de contratação mais recentes para o serviço aqui pretendido e as possíveis soluções para a boa execução destes, identificando as ideias e inovações que estão sendo adotadas nesta proposta, apontando a forma mais viável para o atendimento da presente demanda.

7.1.1. Solução 1: Realização das atividades de produção fotográfica e audiovisual com a mão de obra residente na Casa (servidores da ASCOM do TRE/RN) para a execução dos serviços demandados.

7.1.1.1. Vantagens: Considerando-se as necessidades expostas nestes estudos, a solução que envolve a mão de obra residente na Casa traz a evidente vantagem de utilização dos próprios profissionais do TRE/RN para a realização dos serviços, dispensando assim a necessidade de licitação e os custos decorrentes desta.

7.1.1.2. Desvantagens: As desvantagens são em grande monta, a começar pelo fato de o Tribunal não dispor, em seu Quadro de Pessoal, de servidores habilitados para efetuar o registro fotográfico e fílmico das Sessões da Corte e dos eventos institucionais em padrão de alta qualidade, muito menos para efetuar a transmissão destes, além de não possuir os equipamentos necessários à execução desses serviços. Para os trabalhos serem realizados pelo próprio TRE/RN, seria necessária a contratação de pelo menos oito servidores da área de Comunicação (jornalista, cinegrafista, operador, diretor de cena, diretor de fotografia, produtor, técnico de áudio e técnico de vídeo), bem como montagem de estúdio e assinatura de banco de sonorização, dentre outros requisitos indispensáveis às atividades sob demanda, o que resultaria em alto custo operacional e contratual para a Administração. A solução se mostra, portanto, inviável.

7.1.2. Solução 2: Contratação de empresa produtora de fotografias e de audiovisuais com profissionais aptos à imediata execução dos serviços demandados. Trata-se de contratação de empresa especializada que não demande recurso a mão de obra do próprio Tribunal.

7.1.2.1. Vantagens: Considerando-se as necessidades expostas nestes Estudos, a solução que envolve a utilização da mão de obra contratada traz a evidente vantagem de não se depender da atuação de servidores do Tribunal para a execução dos serviços e de ser possível contar com a escalação de profissionais qualificados para executar cada tarefa, o que resulta em produtos mais bem elaborados e de nível mais profissional, apresentados com celeridade e prontidão. A ASCOM do Tribunal irá apenas fiscalizar essa atuação e aprovar os resultados. Para esta solução, buscam-se empresas especializadas na área de produção fotográfica e audiovisual, com experiência nas áreas sob demanda. Dessa forma, a expertise na realização dos serviços será a dos profissionais designados pela empresa CONTRATADA.

7.1.2.2. Desvantagens: A fiscalização de mão de obra terceirizada por vezes se faz um tanto quanto complexa e exaustiva, até crítica e estafante, a depender da empresa que vencer a licitação; no entanto, esta ainda se mostra a solução mais vantajosa para a Administração.

7.2. Custo estimado da Solução 2

7.2.1. A presente demanda estava parcialmente prevista no Plano Anual de Contratações sob o Código ASC.POO_24.02, no valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), a ser acrescido de R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para o pleno atendimento dos serviços agora demandados, uma vez que foram somadas novas atividades ao que foi contratado até então sob essa rubrica, a saber: *a)* de transmissão e gravação das Sessões da Corte e dos eventos institucionais e *b)* produção do programa Justiça Eleitoral na TV, atualmente executados pela empresa Explorata Produtora Ltda. (Contrato nº 24-2022), cujo prazo de vigência se encerra em 13 de julho de 2024.

7.2.2. Para a **Solução 2**, portanto, foi estimado o valor de R\$234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), a partir do cálculo da média dos valores, corrigidos a 20%, atribuídos a serviços semelhantes em contratos de idêntico teor firmados com a Administração pública, por instituições como: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Contrato nº 25 /2023-TJRN), no valor de R\$225.729,00 (duzentos e vinte e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos); Ministério Público do Rio Grande do Norte (Contrato nº 74/2023-PGJ), no valor de 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais); Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (Contrato nº 10/2023), no valor arredondado de 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais); e Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Contrato TRT/DCL nº 12/2020), no valor de 176.827,24 (cento e setenta e seis mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

8. Descrição da solução como um todo

8.1. rata-se de serviços comuns e de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, com fornecimento de mão de obra especializada para execução de tarefas específicas, em locais e datas previamente definidos.

8.2. No caso da transmissão e filmagem das sessões da Corte, deverá haver a presença de pelo menos um técnico de áudio e outro de vídeo no Plenário do Tribunal, responsáveis por comandar, a partir da ilha de corte instalada no local, o sistema de filmagem, bem como por cuidar especialmente da qualidade do som. A presença desses técnicos será do mesmo modo exigida nos eventos diversos e nas solenidades.

8.3. A preparação dos ambientes (montagens, testes e ajustes finos dos equipamentos) devem ser realizados pelos técnicos de áudio e vídeo designados, com pelo menos uma hora de antecedência da abertura das sessões, das demais solenidades e dos eventos diversos.

8.4. No caso das projeções audiovisuais, os testes prévios de som e imagem deverão ser feitos pelos técnicos designados com 24 horas de antecedência da abertura dos eventos e das solenidades.

8.5. No caso das coberturas fotográficas, os fotógrafos devem estar presentes nos ambientes dos eventos com no mínimo uma hora de antecedência.

8.6. A edição dos Podcasts/Videocasts contará sempre com o acompanhamento de um jornalista editor designado pela CONTRATADA.

8.7. Na produção e edição do programa televisivo quinzenal, haverá a participação de pelo menos dois jornalistas com experiência na área, um cinegrafista e um editor, indicados pela CONTRATADA.

8.8. A modalidade da contratação será descrita no Edital de Licitação.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Os serviços específicos a serem contratados vão discriminados na tabela a seguir, consistindo os quantitativos indicados para os itens referidos mera estimativa, podendo estes sofrer variações positivas ou negativas de acordo com a demanda real, não se obrigando o TRE/RN a cumprir o total ou o máximo das quantidades estimadas.

Lote	Item	Serviço	Quantidade estimada (p/60 meses)*	Unidade
1	1	Transmissão e gravação de áudio e vídeo das sessões plenárias	690	Unidade
	2	Transmissão e gravação de áudio e vídeo de eventos diversos e outras solenidades	45	Unidade
	3	Projeção audiovisual de eventos e solenidades do TRE-RN (Formato <i>live</i> ou presencial)	45	Unidade
	4	Suporte Técnico em Áudio para eventos extraordinários	20	Evento 6h
	5	Produção e edição de programa televisivo quinzenal	120	Unidade
	6	Produção de vídeos de eventos e campanhas institucionais	25	Unidade
	7	Gravação de VídeoCast/PodCast	60	Unidade
	8	Registro fotográfico de eventos/solenidades e realização de fotos oficiais	45	Evento (6h)

9.2. Os quantitativos das transmissões, gravações e projeções indicados na tabela anterior foram estimados levando-se em consideração as quantidades médias anuais de sessões da Corte e dos eventos diversos e outras solenidades realizados pela instituição em anos eleitorais e não eleitorais.

9.3. A mesma metodologia de uso das médias anuais foi utilizada para estimar o quantitativo da cobertura fotográfica e da produção de vídeos de eventos e campanhas institucionais.

9.4. O quantitativo estimado de Podcasts/Videocasts levou em conta a realização concomitante de uma produção mensal nesses dois formatos.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 797.891,20

10.1 Para a solução 2 foi estimado o valor de R\$ 797.891,20, para o período de 5 anos, baseado na pesquisa de preço, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	CATSER	Serviço	Unid.	Qtde.	Fonte de pesquisa	Valor Estimado R\$
						UASG 925461 – PE 11/2023 – 599,00	

1	1	3778	Transmissão e gravação de áudio e vídeo das Sessões Plenárias, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	690	CNPJ: 03.754.260/0001-40 Câmara Municipal de Anicuns – 650,00 Câmara Mun. de São João do Oeste – 470,00	395.370,00
	2	3778	Transmissão e gravação de áudio e vídeo de eventos e outras solenidades, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	45	Município de Unai/MG – PE 6/2024 – 991,90 CNPJ: 50.158.207/0001-67 Câmara de Vereadores de Joinville – 700,00 Câmara Municipal de Croata – 800,00	37.378,35
	3	3778	Projeção audiovisual de eventos e solenidades do TRE/RN (formato live ou presencial), conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	45	UASG 985427 – PE 161/2023 – 950,00 CNPJ: 45.461.091/0001-09 UASG 927996 – PE 443/2023 – 979,00 UASG 926946 – PE 15/2023 – 500,00	36.435,15
	4	3778	Suporte técnico em áudio para eventos extraordinários, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	20	UASG 927996 – PE 444/2023 – 649,90 CNPJ: 03.754.260/0001-40 UASG 158335 – DL 14/2023 – 800,00 Pref. Municipal de Nova Aliança do Ivaí/PR – 990,00	16.266,00
	5	3778	Produção e edição de programa televisivo quinzenal, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	120	UASG 980054 – PE 25/2023 – 990,00 CNPJ: 40.206.540/0001-40 Município de Nova Londrina – 1.200,00 TRE/RN – CT 24/2022 – 937,50	125.100,00
	6	3778	Produção de vídeos de eventos e campanhas institucionais, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	25	UASG 926195 – PE 9/2023 – 2.950,00 CNPJ: 21.973.641/0001-00 UASG 70005 – PE 22/2023 – 2.800,00 UASG 927045 – PE 5/2023 – 3.000,00	72.916,75
						UASG 80006 – PE 50/2023 – 880,00	

7	3778	Gravação de vídeocast /podcast, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	60	CNPJ: 06.555.267/0001-21 Pref. Mun de Três Passos – 998,00 Jaguaretama – 1.539,00	68.340,00
8	3778	Registro fotográfico de eventos/solenidades e realização de fotos oficiais, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	Unidade	45	UASG 120039 – PE 2/2023 – 973,32 CNPJ: 24.046.457/0001-03 UASG 926195 – PE 9/2023 – 900,00 UASG 451023 – PE 87/2023 – 1.199,00	46.084,95
VALOR TOTAL ESTIMADO						797.891,20

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Para as atividades de apoio de áudio e produção fotográfica e audiovisual ora requeridas, não há viabilidade de parcelamento da solução, uma vez que a contratação de uma única empresa para realizar os variados serviços é fundamental para que se mantenha o padrão de qualidade da produção e se estabeleça uma identidade institucional que contribua para consolidar a boa imagem da CONTRATANTE frente a seu público. Ademais, os serviços pretendidos podem vir a se realizar paralelamente uns com os outros, como no caso da gravação de uma sessão de julgamento em que estejam sendo colhidas ao mesmo tempo imagens para reportagens e/ou vídeos institucionais. Com o parcelamento da solução, esse fator poderia gerar excesso de colaboradores num único ambiente de trabalho, além de apresentar inconvenientes quanto ao compartilhamento de espaços, informações e equipamentos. A contratação de uma só empresa proporciona tanto a necessária unidade da comunicação como também otimiza a gestão dos recursos pela CONTRATADA.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se aplica. A contratação proposta vai exaurir a demanda, atendendo a seus propósitos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A presente contratação integra em parte o PAC 2024 (ASC.POO_24.02).

13.2. A demanda tem como objetivo estratégico o aprimoramento da governança institucional.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A forma de contratação aqui sugerida visa, dentre outros resultados, à economicidade e eficiência proporcionada pelo mercado privado, tendo em vista que a equipe da ASCOM não dispõe dos recursos humanos e estruturais necessários à execução dos serviços, conforme explicitado ao longo destes Estudos Preliminares.

14.2. Diante do exposto, entende-se que a contratação de empresa especializada é o caminho adequado ao atendimento da presente demanda.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. O TRE/RN já possui toda infraestrutura de cabeamento elétrico e de dados suficiente para a empresa contratada realizar a prestação dos serviços.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não há impacto ambiental significativo na realização dos serviços aqui pretendidos. Ademais, a empresa contratada deverá observar, no que for cabível, o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG bem como o PLS deste Regional.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SARA ANGELICA OLIVEIRA CARDOSO

DEMANDANTE

ERIKA DE MEDEIROS MARQUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 20/05/2024 às 16:09:57.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Pelo todo exposto, fica claro que a contratação é viável e usual no mercado.